



A (des) territorialização do APL da indústria têxtil e de confecções de Americana e região: Uma análise sobre o desenvolvimento local e a governança

Lucas Labigalini Fuini¹

Resumo

O presente artigo pretende analisar a constituição histórica e territorial da governança, ligada à aglomeração têxtil e de confecções de Americana, Nova Odessa, Sumaré, Hortolândia e Santa Bárbara d'Oeste. Trata-se da maior aglomeração têxtil do interior paulista, que, nos últimos anos, tem sido marcada por uma crise econômica, gerada por fatores internos e externos ao seu território. Nesse contexto temporal, se instala o projeto de Arranjos Produtivos Locais na região que se constituiu uma governança formal mista, definida pelo Consórcio público e privado intermunicipal do Polo Tecnológico da Indústria Têxtil e de Confecções. Em nossa análise, seguiremos, portanto, uma linha de compreensão da governança do APL têxtil, como uma construção de territorialidades, em diversas escalas, que passam pelas concepções econômicas, políticas e culturais, envoltas simultaneamente em processos de territorialização e de desterritorialização de atividades econômicas concentradas e/ou desconcentradas geograficamente.

Recebimento: 24/9/2013 • Aceite: 26/11/2013

¹ Doutor em Geografia pelo Programa de Pós-graduação em Geografia da Unesp-Rio Claro, Professor Assistente Doutor do Curso de Geografia da Unesp, Campus de Ourinhos. End: Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Unidade Diferenciada de Ourinhos. Av. Vitalina Marcusso, 1500. Campus Universitário. Ourinhos, SP, Brasil. E-mail: lucasfuini@yahoo.com.br

Palavras-chave: Indústria têxtil; Arranjo produtivo local; Governança; Territorialização.

The dispossession of the APL's textile and clothing industry and the American region: An analysis of local development and governance

Abstract

The present article intends to analyze the historical and territorial constitution of the governance constructed to the textile agglomeration and of confections of Americana, Nova Odessa, Sumaré, Hortolândia and Santa Bárbara d'Oeste. One is about the biggest textile agglomeration of the São Paulo interior and that in recent years she has been marked for a economic crisis generated by internal and external territorial factors. In this context, if it installs the project of Local Productive Arrangements in the e region if it constituted a definite mixing formal governance of the public and private intermunicipalities Consortium of Textile and Clothing Technological Polo. In our analysis we will follow, therefore, a line of textile regional APL governance understanding as a construction of territorialities, in diverse scales, that pass for the economic conceptions, cultural politics and, cover simultaneously in processes of territorialization and desterritorialization of concentrated and/or disconcentrated geographically economic activities.

Keywords: Textile industry; Local productive arrangement; Governance; Territorialization.

Introdução

O presente artigo tem como objetivo analisar o uso e a dinâmica do território definido pelo Arranjo Produtivo Local de indústrias têxteis e de confecções, composto pelos municípios vizinhos de Americana, Hortolândia, Nova Odessa, Santa Bárbara d'Oeste, Sumaré. Essa configuração geográfica está localizada na região metropolitana de Campinas, a cerca de 130 km da capital do Estado, podendo ser considerada uma parcela do Estado, com considerável desenvolvimento econômico e social, servida por importantes eixos rodoviários e localizada em um corredor delimitado por economias de aglomeração, formadas entre os municípios diretamente polarizados por Campinas e São Paulo.

Nesse sentido, buscaremos entender o processo histórico e espacial de evolução da indústria têxtil na região de Americana, considerando que esse processo definiu formas específicas de territorialidades, territorialização, desterritorialização e de reterritorialização (T-D-R) das empresas e da mão de obra. A territorialização da indústria têxtil na região analisada, se inicia nas primeiras décadas do século vinte, com o trabalho domiciliar, e chega ao ápice nos anos 1980, quando Americana alcança o posto de segundo maior centro têxtil paulista, mesclando modernização gradual e uso de trabalho subcontratado em pequenas tecelagens domésticas.

Um dos momentos mais relevantes do processo de construção econômico-territorial do APL foi a crise que afetou a indústria têxtil de Americana, em início dos anos 1990, criando um cenário adverso com fechamento de empresas, migrações de estabelecimentos e desemprego. Nesse contexto de desterritorialização, as escolhas feitas para ação institucional e governança permitiram a reativação da economia local sob as novas bases da globalização (produtiva, comercial e tecnológica) e da especialização flexível, trazendo consequências sociais, econômicas e políticas marcantes.

Nesse cenário de mobilização de fins dos anos 1990, de tentativa de reterritorialização, surgiram iniciativas de co-operação entre empresários e poderes públicos, que levaram a região a participar da política para Arranjos Produtivos Locais, em início dos anos 2000. No entanto, nem mesmo essas estratégias de governança conseguiram contornar e superar o cenário global e nacional concorrencial adverso para a indústria têxtil brasileira e da região, em particular.

Para a análise proposta, faremos uso de um referencial teórico amplo, de dados estatísticos secundários e de informações colhidas em documentos e em entrevistas, no sentido de entender o processo de constituição territorial da governança, no quadro regional da indústria têxtil de Americana e região, seguindo as seguintes premissas de Colletise Pecqueur (*et al.* 1999) sobre a governança territorial, que retomaremos nas conclusões: **A)** caracteriza os mecanismos de produção de regularidades, que envolvem o processo territorial de transição de um modelo de desenvolvimento, baseado na especificação de recursos; **B)** vai ser definida como o processo de construção institucional e organizacional de modos de compatibilidade e de ajuste de coordenação entre os atores geograficamente próximos; **C)** este processo, essencialmente dinâmico, visa a formulação e/ou uma solução para um problema (s) produtivo (s) eventualmente único; **D)** trata-se de um quadro de relações entre atores econômicos, sociais e políticos e entre as dimensões local/nacional e global, cujas articulações se dão por momentos de aproximação, distanciamento, conflito e cooperação nos processos de ancoragem territorial coordenados em torno de atores-chave, ou atores dominantes, como os grupos industriais, o Estado e os sindicatos.

Para dar consecução ao estudo, organizamos esse artigo em três partes principais: a primeira, trata das noções de território, territorialidade e territorialização e suas variantes analíticas do econômico, político e cultural, e da des/reterritorialização; a segunda, trata do processo de formação territorial de Americana e região, calcado na indústria têxtil e suas estratégias de desenvolvimento; e o terceiro, para discutir a governança do Arranjo Produtivo Local têxtil e de confecções, utilizando modelos de análise que demonstram a heterogeneidade entre diversas formas de coordenação socioinstitucionais.

O conceito de território, territorialidade e territorialização

Segundo Santos (1996), o território atua como a mediação entre o mundo e a sociedade local e nacional, recebendo as possibilidades e virtualidades do global, conforme suas oportunidades. Assim, se constroem territórios locais com normas, constituídas pelo conjunto de elementos inerentes ao espaço (homens, empresas, instituições, formas sociais e jurídicas e formas geográficas), em contraponto às normas globais desterritorializadas. As normas criadas nos lugares, atuam para atender às exigências dos capitais, em busca de maior

rentabilidade e competitividade territorial aos seus investimentos. Essa produtividade espacial é dada pela capacidade dos lugares em se distinguir, conforme suas condições locais de ordem técnica e ordem organizacional, sendo esta última referente às leis, impostos, relações trabalhistas e condições laborais presentes nos lugares. A busca das empresas pelas melhores localizações dos lugares pelas implantações, cria aquilo que é definido como guerra entre lugares, movimento que vai além da guerra fiscal *strictu sensu* (SANTOS, 1996).

Nesse sentido, afirmamos que o conjunto formado pelas indústrias, os poderes públicos e a sociedade local (trabalhadores e comunidade), bem como as normas e convenções que os regulam, constitui um território em escala local e regional, precedido por uma territorialidade. Spósito (2004) define a territorialidade como o território do indivíduo, seu espaço de relações, horizonte geográfico com seus limites de deslocamento e de apreensão da realidade, variando conforme as pessoas, grupos, comunidades e seus referenciais culturais. Santos e Silveira (2010) atribuem à palavra territorialidade a ideia de pertencimento, que faz associar as ações de vivência e reprodução dos homens com as estratégias do Estado. Portanto, evidenciam-se os conteúdos culturais e políticos da territorialidade.

O território, como conceito fundamental da análise geográfica, é definido por Johnston (1994, apud SPÓSITO, 2006), como a porção do espaço ocupado pela pessoa, grupo ou Estado, ou como um espaço social definido, ocupado e utilizado por diferentes grupos sociais como consequência de sua prática de territorialidade, ou o campo de forças exercitado sobre o espaço pelas instituições dominantes. O território pode também ser entendido como o nome político para o espaço de um país, sendo indissociável da ideia de Estado. Além disso, o território é também qualificado pelos seus diferentes usos, ou seja, pela implantação de infraestruturas (sistemas de engenharia) e pelo dinamismo da economia e da sociedade, abarcando os movimentos de população, distribuição da agricultura, da indústria e dos serviços, o arcabouço normativo, incluídas a legislação civil, fiscal e financeira, além do alcance e extensão da cidadania (SANTOS; SILVEIRA, 2010; HAESBAERT, 2006).

Considerando este quadro teórico-conceitual, propomo-nos a analisar o conjunto definido pela aglomeração de indústrias têxteis e de confecções de Americana e região, como um território construído historicamente e que em seu interior apresenta variadas formas de territorialidades, conforme as representações espaciais definidas pelos

empresários, trabalhadores, comunidade local, poderes públicos etc. Assim, a análise espaço-temporal da aglomeração têxtil em Americana nos coloca o desafio de apreender as vertentes principais da análise sobre o território, pensado em seus aspectos políticos, vinculados às estratégias municipais, estaduais e federais de poder e controle; culturais, evidenciando a tradição e a identidade criada e vinculada à indústria têxtil e a expressão desse saber local nos dias atuais; e os econômicos, reconhecendo a representatividade da indústria têxtil, a posição da região na divisão territorial do trabalho do segmento e as relações de capital-trabalho desenvolvidas regionalmente e localmente.

Nesse escopo territorialista, faz-se necessário compreender também o movimento de territorialização-desterritorialização-reterritorialização (T-D-R) de empresas e trabalhadores no tecido produtivo têxtil de Americana, sobretudo no período mais recente de transformações e crises pelas quais o segmento e a região foram afetados. A territorialização é definida pelo movimento de enraizamento e introversão, em territórios específicos, com constituição de identidades regionais e qualificação simbólica e funcional, que define a estabilidade relativa de um território para comunidade, tribos e nações. A desterritorialização, em seu oposto, representa a extroversão e desenraizamento de povos, atividades sociais e econômicas e comunidades de seus territórios, correspondendo à perda de identidades e do enraizamento. A reterritorialização, por sua vez, compreende o movimento de reconstrução e retomada de laços de identidade e inserção territorial.

A constituição do território no APL têxtil e de confecções de Americana

Americana aparece na atualidade, como um dos mais importantes centros produtores da indústria têxtil brasileira, ao lado de outros quatro municípios que também se especializaram em diferentes segmentos da indústria têxtil e de confecções de peças de vestuário. Nesse caminho de constituição de uma formação socioespacial subnacional na região de Americana, vinculada parcialmente à indústria têxtil, se define sua forma específica de regulamentação e normatização das relações entre atores sociais e poderes, que expressa a dinâmica da governança em seus elementos formais e informais.

Com a constituição territorial de um Arranjo Produtivo Local (APL) na região, sua *territorialização*, é indissociável da trajetória de formação histórica da indústria têxtil no Estado São Paulo e nesse recorte do território paulista. A história da indústria têxtil na região de Americana remete a dois eventos fundamentais, segundo Mestre Silva (2007): **A)** Abertura da fábrica de tecidos Carioba, em 1870e a constituição de um complexo industrial e de um bairro operário no entorno dela. (Nos anos seguintes, surgiram outros concorrentes à indústria Carioba, como a CITRA/Cooperativa de Tecidos de Rayon de Americana e a DISTRAL/Distribuidora de Tecidos Rayon de Americana) ; **B)** Expansão da indústria têxtil com a prática do façonismo, ou seja, a produção intermediária e subcontratada na cadeia produtiva, com assimilação de práticas de produção e trabalhos informais.

Nos anos seguintes, conforme se dava a modernização do território brasileiro, se delineavam alguns elementos fundamentais para a industrialização têxtil de Americana. Nos anos 1920, se difundem as relações de subcontratação, ou de façonismo (KELLER, 2006). Nas décadas seguintes, novos eventos marcaram um processo de avanços e recuos no segmento têxtil da região. Na década de 1940, cresce a indústria têxtil de Americana e a prática do façonismo, com o impulso econômico dado pela Segunda Guerra Mundial ao mercado de exportações têxteis. Nos anos 1950, 1960 e 1970 manteve-se um crescimento contínuo na indústria têxtil local, com aumento do número de produtores independentes e subcontratados.

Os anos 1970 foram delineados pela chegada de grandes grupos têxteis nacionais, que se instalaram no eixo da rodovia Anhanguera, além de subsidiárias de firmas internacionais, ligadas ou não ao segmento têxtil, conferindo à economia de Americana um caráter fortemente industrial. Nesse sentido, o processo de industrialização, que avança pela década de 1980, inclui fortemente Americana e sua indústria têxtil, não mais somente em redes técnicas locais, regionais e nacionais, mas também nos fluxos globais de finanças, envolvendo esse território em uma competição pelo aumento da produtividade espacial e seu enquadramento em uma guerra global entre lugares, com elementos da guerra fiscal e o uso de outros dispositivos normativos e técnicos para atração de empresas (KELLER, 2006; SANTOS, 1996; SANTOS; SILVEIRA, 2010).

De modo que se configurou inicialmente, um território econômico, associado ao movimento de territorialização das indústrias atreladas ao segmento têxtil, com suas especificidades de organização

da produção e do trabalho. Podemos afirmar que começa a existir já nesse período um processo de desterritorialização externo à região, mas que a afeta, sendo que em seu interior vai ocorrer a reterritorialização de subsidiárias de grandes empresas globais. Essa reterritorialização gera dois movimentos simultâneos (HAESBAERT, 1999): **A)** Imposição de uma nova ordem territorial de reorganização, com colocação de novos valores técnicos e normas extrovertidas, que foram acolhidos por alguns grupos populacionais que auferem benefícios econômicos, políticos ou sociais a esse novo paradigma; **B)** Desorganização territorial pela contestação da ordem anterior, chamadas de normas do território, com exclusão de determinados grupos de empresários e trabalhadores desse processo, criando-se ou não movimentos de resistência a essa nova hegemonia.

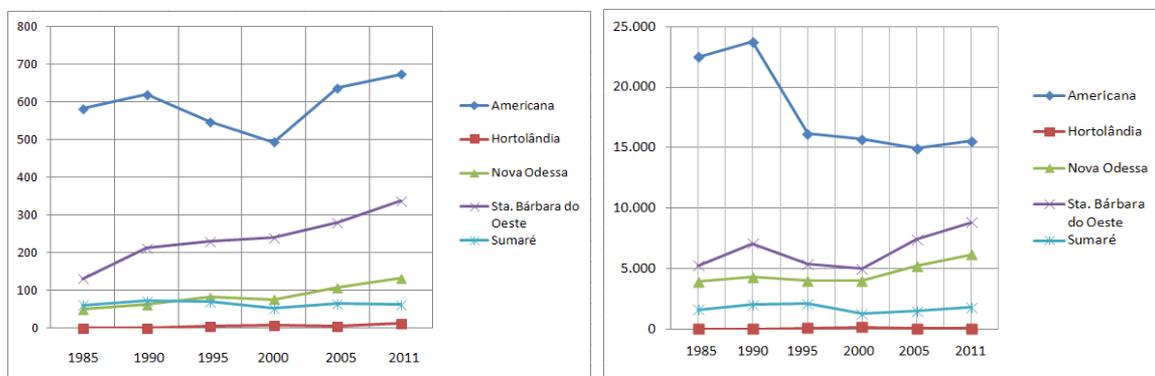
Esse segundo ciclo de industrialização de Americana se coloca no contexto de desconcentração industrial, ocorrido no Estado de São Paulo, a partir dos anos 1970. Segundo Lencione (2002), a política de descentralização industrial significou, sobretudo, dispersão espacial, abrangendo um raio de cerca de 150 km, a partir da capital paulista e indo além dessa distância, ao longo dos principais eixos rodoviários, não negando, portanto, os processos históricos de concentração. A região administrativa de Campinas (onde estão localizados os municípios do APL de Americana), por exemplo, foi uma das mais afetadas por esse processo de aglomeração industrial paulista em torno de alguns polos regionais.

Nos anos 1990, aquilo que se configurava como o segundo maior polo têxtil do Estado de São Paulo (SCHMITZ, 1982), tendo a grande maioria de suas empresas, menos de dez funcionários e uma pequena parcela com autonomia financeira e comercial, sofre fortes impactos com o processo de abertura comercial e aumento da importação de tecidos asiáticos. Esse aumento de importações prejudicou inicialmente os pequenos produtores subcontratados e foi gradativamente afetando toda a cadeia industrial regional, com fechamento de unidade produtivas e desemprego. Cria-se, assim, um quadro de crise econômica conjuntural, pois a concorrência asiática incidiu principalmente sobre o mercado de tecidos plano de fibras artificiais e sintéticas, especialidade de Americana. Assim, de cerca de 1.486 tecelagens e 31.057 empregos formais existentes na indústria têxtil, declinou-se para pouco mais de 650 estabelecimentos e 15.000 empregos formais em 1998 (KELLER, 2006).

Considerando dados da Rais (Relação Anual de Informações Sociais) expostos nas **figuras 2 e 3**, notamos que houve forte oscilação

na quantidade de estabelecimentos e empregos formais ligados à indústria têxtil na região de Americana entre 1985 e 2011. O período de forte declínio em empregos e estabelecimentos têxteis ocorreu entre 1990 a 1995, coincidindo com a abertura do mercado brasileiro às exportações asiáticas, afetando, principalmente, o município de Americana. A referida cidade apresentou quedas entre 1990 e 2000, em empregos e estabelecimentos da indústria têxtil, de respectivamente, 25,7% e 51,3%.

Figura 2 e 3: Número de estabelecimentos e empregos formalizados na indústria têxtil na região de Americana entre 1985 e 2011



Fonte: RAIS-MTE.

Santos; Silveira (2010, p. 139) confirmam essa informação, ao afirmarem que o parque industrial têxtil da região de Americana foi um dos mais lesados pelo movimento de importações asiáticas durante os anos 1990, “minguando para 675 estabelecimentos e 20 mil trabalhadores”. Esse parque industrial regional representa o conjunto de municípios que compõem o APL: Americana, Hortolândia, Nova Odessa, Santa Bárbara do Oeste e Sumaré.

Esse cenário de deterioração das condições produtivas foi decorrente de um conjunto de fatores, dentre os quais: **A)** a obsolescência do parque industrial e baixo nível de inovação tecnológica das indústrias, acomodadas em relações de subcontratação do tipo fezonismo, com uso de teares mecânicos; **B)** retirada abrupta de uma política protecionista, que garantia reservas de mercado interno para indústria nacional, para uma política de abertura sem a

existência de programas estruturais de apoio à inovação e à competitividade.

No entanto, esse processo não afetou todos os municípios igualmente. Na divisão territorial do trabalho interna a região de Santa Bárbara do Oeste e Nova Odessa apresentaram movimento de crescimento em suas participações na produção têxtil. Santa Bárbara respondia, em 1985, por 15,8% dos estabelecimentos e 15,7% dos empregos têxteis, crescendo sua participação para 27,6% dos estabelecimentos e 27,2% dos empregos no segmento regional em 2011. Nova Odessa também apresentou movimento semelhante entre 1985 e 2011, aumentando de 5,9% para 10,9% sua participação na quantidade de estabelecimentos regionais têxteis, e de 10,9% para 19% na quantidade de empregos. Esse conjunto de perdas de capital e de empregos pode ser definido como um processo de *desterritorialização* da indústria têxtil de Americana, sendo que os principais afetados foram os pequenos estabelecimentos com reduzido capital acumulado e os trabalhadores empregados. As empresas de maior porte, capitalizadas pelos lucros obtidos em relações de subcontratação, foram aquelas que deram impulso à modernização seguinte.

Em fins dos anos 1990, entidades do segmento (SINDITEC - Sindicato das Tecelagens da Região de Americana e a ACIA - Associação Comercial e Industrial de Americana) se unem para reivindicar melhorias e os industriais capitalizados iniciam um processo de reestruturação de suas indústrias, com introdução de novos maquinários e novos métodos de produção. Dá-se um processo de *reterritorialização* da aglomeração têxtil em novas bases, com tendência à concentração econômica em um número menor de empresas mais capacitadas à concorrência interna e internacional. Segundo dados do Sinditec, em 1999, permaneceram em atividade somente 47% do número de unidades existentes em 1990.

O processo de reorganização produtiva setorial e territorial afetou profundamente a indústria têxtil de Americana e região. Com a retomada da produção têxtil, a partir de 2000, seguiram-se os parâmetros de especialização flexível, com a busca de maior produtividade, por meio do incremento da tecnologia à produção. Desse modo, ocorreu uma retomada no número de estabelecimentos no segmento da região, com aumento de 40,4% entre 2000 e 2011. O movimento do mercado de trabalho têxtil não acompanhou essa trajetória de retomada em ritmo, tendo um aumento de apenas 24,1% entre 2000 e 2011, aumento este impulsionado, principalmente, pelos empregos gerados em Santa Bárbara do Oeste e Nova Odessa.

Postas lado a lado, essas vantagens comparativas de localização vão aprofundar a heterogeneidade entre lugares, que passarão a se envolver em uma competição interlocal para atrair os investimentos e o consumo, aparecendo como uma dupla estratégia de empresas e do poder público. Essa “guerra dos lugares” mobiliza atributos fiscais, técnicos, sociais que podem ser atraentes às empresas deslocalizadas, produzindo um cenário de rivalidade inter ou intrarregionais, em torno da estratégia do “tudo ou nada” para atração de investimentos por meio da oferta de recursos, muitas vezes públicos. A oferta de terrenos, infraestrutura de distritos e condomínios industriais, isenções e renúncias fiscais, centros de qualificação de mão de obra, leis e regulamentos brandos, podem atrair determinados empreendimentos, mas deixam um custo social em recursos, retirados de outros setores sociais que podem não ser recuperados pelos investimentos atraídos.

Esse cenário colocado para a indústria têxtil de Americana com a reestruturação produtiva e organizacional se manifestou também em outros aspectos. No plano regional, estabelecimentos iniciaram um movimento de migração entre municípios vizinhos, que passaram a oferecer melhores oportunidades de negócios e custos mais baixos de produção. Assim, o declínio relativo de Americana foi acompanhado, no tempo, pela emergência de Santa Bárbara do Oeste e Nova Odessa, como especializações produtivas territoriais do segmento têxtil. Ocorreu também o movimento de migração de estabelecimentos têxteis para outras regiões do país, como o Nordeste, sobretudo as plantas automatizadas e com baixos requerimentos de mão de obra, considerando também o interesse de se afastarem dos sindicatos mais fortes e organizados, localizados no Estado de São Paulo (AMATO NETO, 2009). Trata-se daquilo que Santos e Silveira (2010) descrevem como reorganização produtiva do território.

Desde então, alguns movimentos merecem destaque nesse cenário de busca de construção, de formas de coordenação socioinstitucionais, que culminaram no projeto de Arranjos Produtivos Locais: 1^o.) A articulação de um projeto para conformação de um aglomerado de empresas, movimento que levou à aprovação de um projeto de lei, que criou o Polo Tecnológico das indústrias têxteis e de confecções de Americana (Polo TecTex) e região, em 2006, que visava ampliar as políticas de fomento para as indústrias locais; 2^o) Definição de um papel de protagonismo e de incipiente articulação local pelo Sindicato das Tecelagens, da região de Americana (Sinditec), desde fins dos anos 1990; 3^o.) Execução do projeto de “Arranjos produtivos e

desenvolvimento territorial” pelo Sebrae/SP e a FIESP (Federação das Indústrias do Estado de São Paulo), em parceria com entidades empresariais locais, desde 2004, para sensibilização dos pequenos empresários locais da indústria têxtil, para atuarem de forma cooperativa e melhorar o desempenho nos negócios; 4^o.) Inserção do aglomerado têxtil local em projetos de “Apoio à competitividade de empresas localizadas em Arranjos Produtivos Locais” e na “Rede paulista de APLs”, desenvolvidos pela Secretaria de Desenvolvimento do Estado, pela FIESP, em parcerias institucionais com o Sebrae, BID (Banco Interamericano de Desenvolvimento) e MDIC (Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior); 5^o.) Políticas municipais de diversificação econômica visando diminuir o impacto do segmento têxtil na economia local e regional, estimulando a atração de empresas de outros segmentos, como o metal-mecânico.

No site do Consórcio intermunicipal do Polo Tecnológico da indústria têxtil e de confecções, o APL² é visto como ferramenta de desenvolvimento econômico e social para a cadeia produtiva do setor têxtil e de confecções na região. Para alcançar o objetivo citado, o projeto conta, formalmente, com uma estrutura de governança, apoiada em vinte e sete entidades públicas e privadas. A formação do

² Os Arranjos Produtivos Locais (APLs) aparecem como políticas de desenvolvimento industrial no Brasil, incorporadas aos planos plurianuais do governo federal, desde 2004, e também como alvo de políticas estaduais de fomento à competitividade industrial desde esse período. É também alvo de ações de apoio manifestadas por várias instituições públicas, privadas e mistas. Cassiolato e Lastres (2004) definem os APLs como “aglomerações territoriais de agentes econômicos, políticos e sociais – com foco em um conjunto específico de atividades econômicas – que apresentam vínculos mesmo que incipientes. Geralmente envolvem a participação e interação de empresas – que podem ser desde produtoras de bens e serviços finais até fornecedoras de insumos e equipamentos, prestadoras de consultorias e serviços, comercializadoras, clientes, entre outros, e suas variadas formas de representação e associação. Incluem também diversas outras instituições públicas e privadas voltadas para a formação e capacitação de recursos humanos (escolas técnicas e universidades), pesquisa, desenvolvimento, engenharia, política, promoção e financiamento” (CASSIOLATO; LASTRES, 2004, p. 10-11). No caso do Estado de São Paulo, a política para APLs se inicia em 1999, com um projeto piloto na aglomeração calçadista de França, se consolida entre 2003 e 2004, com o projeto de aumento de competitividade para MPEs, com o Sebrae/SP e a Fiesp, e com a lei de 2003 que autoriza operações de crédito do BID e do Governo estadual junto ao APLs. Em 2005 é transferida à atual Secretaria de Desenvolvimento Econômico a responsabilidade pela coordenação do programa de apoio ao APLs no Estado, e desde então, foi se consolidando um Núcleo Estadual formado pela SD/Governo estadual, Sebrae/SP e Fiesp que culminou, no ano de 2009, com o Programa Estadual de Fomento aos APLs (Decreto n. 54.654, de 07/08/2009).

APL está diretamente associada à constituição, no ano de 2003, de um Polo tecnológico, por meio de convênios firmados entre o PACT, a FIA/USP, SEBRAE e SENAI, com o objetivo de desenvolver e aumentar a produção da atividade têxtil, gerando emprego e renda, e incentivando a pesquisa científica e tecnológica relacionada à cadeia têxtil (PEZZO, 2003, apud MESTRE, SILVA, 2006).

Alguns autores fizeram considerações sobre o surgimento e constituição de um Arranjo Produtivo Local para indústria têxtil e de confecções em Americana e região. Keller (2006) afirma que o APL/*Cluster* de Americana e região não pode ser comparado a um distrito industrial nos moldes italianos, em decorrência dos seguintes fatores: **A)** a ausência de relações de cooperação entre as firmas e a existência de relações predatórias de subcontratação que geram um clima de desconfiança; **B)** característica de uma mistura de pequenas, médias e grandes empresas. Amato Neto (2009) identifica no trabalho com o projeto de APL em Americana e região, pontos fortes e fracos, oportunidades e ameaças. Assim, existem esforços de integração entre entidades, com objetivos comuns e de cooperação empresarial entre micro e pequenas empresas, considerando o peso das empresas do APL na geração de empregos. No entanto, ainda há dificuldades para desenvolvimento de novas parcerias, devido à pequena participação efetiva de empresários em projetos coletivos, aos conflitos entre atores locais, à concorrência internacional e a falta de interação e cooperação na estrutura de governança local.

No entanto, essa crise setorial e conjuntural deflagrada nos anos 1990, ainda não se dissipou totalmente, e fatos recentes mostram que a produção local ainda se encontra estagnada e o quadro social de desemprego e precarização do trabalho ainda não foi resolvido. Uma das hipóteses colocadas para esse cenário é a da ocorrência de um processo chamado pelos empresários locais de desindustrialização da produção têxtil local. Cano (2012, p. 1) define desindustrialização como a dinâmica de deterioração da industrialização atingida a partir da segunda metade do século XX, face à “ausência de políticas industriais e de desenvolvimento e da conjugação de juros elevados, falta de investimento, câmbio sobrevalorizado e exagerada abertura comercial”.

O processo de precarização das condições de trabalho pode ser exemplificado, com a ocorrência de irregularidades em oficinas de costura, que produziam, como terceirizadas, para a grife espanhola Zara. Em investigação de agosto de 2011 do Ministério do Trabalho, Justiça do Trabalho e Polícia Federal, foram constatadas situações de

trabalho semi-escravo com bolivianos, em duas oficinas na capital paulista e uma localizada no município de Americana (PYL; HASHIZUME, 2011). Santos (1996) traz-nos a ideia de verticalidade, elucidativa para o processo ocorrido em Americana. A verticalidade, ou união vertical dos lugares, está associada aos vetores de modernização, definidos pelo capital e crédito internacional postos à disposição de países e regiões mais pobres, que simultaneamente trazem desordem aos subespaços em que se instalam, pois que confrontam as normas locais com as ordens criadas em seu próprio benefício. A modernização levada a cabo pela competição, com os têxteis asiáticos incitou determinados empresários a construir um pacto, uma horizontalidade com características de cotidiano homólogo e eficácia política, para implantar reestruturações nas fábricas. No entanto, essa ação política foi orientada à atividade hegemônica do lugar, gerando consequências sociais para os grupos mais enfraquecidos, como o desemprego, em uma produção mais enxuta, e o trabalho precário, para uma produção pautada em custos mais baixos.

Modalidades da governança territorial e suas características no APL de Americana e região

A governança territorial se constitui enquanto processo e norma no APL têxtil e de confecções de Americana e região, sendo inclusive um elemento necessário para ingresso da aglomeração produtiva regional em programas nacionais e estaduais que utilizam a ferramenta dos APLs. No "Termo de Referência para Política Nacional de Apoio ao Desenvolvimento de APLs" (GT-APL, 2004), coloca-se que a existência de mecanismos de governança é variável fundamental para identificação de APLs, entendida a governança como os canais (pessoas físicas ou organizações) capazes de liderar e organizar atores, coordenar ações para cumprimento de objetivos, negociar processos decisórios locais e promover processos de geração, disseminação e uso de conhecimentos. Em outro documento de normatização abrangente, denominado de "Manual de atuação em APLs" (Utilizado no Estado de São Paulo, pelo sistema FIESP, e no plano federal pelo Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior/MDICEX), a governança é vista como elemento característico do protagonismo dos APLs, sendo definida como a coordenação que permite resolver os conflitos advindos das interações e ações coletivas, sendo tratada também pelo prisma do amadurecimento das relações com instituições por meio do exercício da negociação e composição.

O conceito de governança expressa as relações de organização de atores e instituições envolvidos em processos e redes, com caráter híbrido e permeados entre o público-estatal e o privado-empresarial (GILLY; PECQUEUR, 1997). Por governança territorial entendemos como as modalidades de coordenação das formas de desenvolvimento econômico, envolvendo os atores e as formas institucionais em um dado contexto³. A definição de uma estrutura de governança territorial se compõe, pois, de um determinado contexto territorial - podendo ser um município, uma rede de municípios ou uma região - onde os atores locais entram em relação e concebem instituições que as representam neste acordo, além do próprio ambiente institucional pré-existente. Configura-se em torno de esquemas diversos (APL, Circuitos, Comitês), podendo ser uma governança de tipo variável, entre o público e o privado. Nesta tessitura estabelecida, buscar-se-á mobilizar recursos territoriais locais, atendendo ao objetivo de perseguir metas de desenvolvimento territorial mediante projetos (FUINI, 2010).

O primeiro nível de compreensão da governança seria pela definição dos atores territoriais fundamentais do APL. Os atores seriam indivíduos, empresas, organizações coletivas e instituições que controlam recursos e têm poder de interferir nas decisões sobre a organização dos espaços econômicos e do desenvolvimento local e regional (MARKUSEN, 2002, p. 58). Segundo informações da Secretaria de Desenvolvimento, a gestão interna do APL de Americana e região está a cargo do Polo Tecnológico da Indústria Têxtil e de Confecção, criado em 2002. Juridicamente, o Polo é administrado por um Consórcio intermunicipal (Associação civil para fins não econômicos e de direito privado), envolvendo prefeituras e representantes dos municípios do APL. O Consórcio do Polo estabelece parcerias com entidades públicas e privadas para realização de projetos.

A principal instância de tomada de decisões do Polo é seu Conselho de desenvolvimento. O atual presidente do Conselho é o Sr. Mário Zocca, empresário e liderança do segmento têxtil de Americana. Dentre as instituições parceiras do Polo TecTex, aparecem, além das

³ Esses contextos podem variar de uma simples *aglomeração* (concentração de atividades econômicas heterogêneas, coordenadas pelos preços do mercado) para uma *especialização* (concentração de empresas em torno de uma mesma atividade ou produto, que resulta em complementaridades, externalidades e projetos comuns), e em último nível, chegando a uma *especificação* (existência de estruturas e formas de coordenação públicas e/ou privadas que internalizam os efeitos externos e dirigem o tecido econômico local) (COLLETIS; GILLY, et. al, 1999).

já citadas a (o): Global Connections (Empresa do ramo de comércio exterior); Caixa Econômica Federal, Banco do Brasil; Microdata Sistemas; Systextil Sistemas; ABDI (Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial); ABIT (Associação Brasileira da Indústria Têxtil); APEX-Brasil (Agência Brasileira de Promoção às Exportações); Associações Comerciais e Industriais dos municípios do APL; CIEE (Centro de Integração Empresa-Escola); Correios; IEL (Instituto Euvaldo Lodi); UNISAL (Universidades Salesianas); SEBRAE/SP; Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Ciência e Tecnologia do Estado de São Paulo; SENAI (Americana e Sta. Bárbara); SESI (Americana). O projeto do APL, de forma mais específica, foi desencadeado pelo Sebrae/SP junto dos Sindicatos de produtos têxteis e de tecelagens de Americana e região, e posteriormente apoiado e incorporado em programas pela FIESP e pela Secretaria de Desenvolvimento Econômico (SD).

O processo de construção da governança, segundo Becker e Dallabrida (2003), é historicamente definido por manifestações de conflito e cooperação, expressando-se, inicialmente, em uma dinâmica territorial que vai descortinando estratégias de coordenação social que passam por formatos de coordenação, redes e pactos entre atores, em torno de um bloco socioterritorial. Dallabrida (2003), nessa mesma linha teórica, define a governança territorial como as "iniciativas ou ações que expressam a capacidade de uma sociedade organizada territorialmente, para gerir os assuntos públicos, a partir do envolvimento conjunto e cooperativo dos atores sociais, econômicos e institucionais" (s/p). Analisando o caso do APL de Americana, aproximamos informações obtidas *in loco* com os conceitos sugeridos no modelo abaixo e chegamos às seguintes conclusões sobre a dinâmica da governança:

Quadro 3: Dinâmica da governança territorial no APL têxtil e de confecções de Americana e região

Elementos da governança territorial	Características
1 – Dinâmica territorial	<ul style="list-style-type: none"> - Concentração setorial e geográfica da produção têxtil; - Desafios ao segmento regional face à concorrência internacional: qualificação da mão de obra; estímulo à competitividade em processos e produtos; - Existência de externalidades de infra-estrutura e de formação/qualificação; - Estudos de universidades evidenciam problemas e apontam soluções.
2 – Bloco socioterritorial	<ul style="list-style-type: none"> - Tentativas de aplicação da ferramenta de clusters para o trabalho com as MPEs; - Iniciativas do Sebrae para formação de um polo; - Crise setorial nos anos 1990 acelera a formação de parcerias para projetos; - Lideranças no segmento entre os municípios da região fazem a intermediação das parcerias com instituições públicas e privadas;
3 – Concertação social	<ul style="list-style-type: none"> - Desenvolvimento do projeto APL, em parceria com o BID/Sebrae/Secretaria de Desenvolvimento desde 2003/2004; - Formação do Consórcio entre Instituições privadas e públicas do Polo Tecnológico da indústria têxtil e de confecções.
4 – Redes de poder socioterritorial	<ul style="list-style-type: none"> - Sindicato das indústrias têxteis do Estado de São Paulo; - Sindicato de indústria de tecelagens e confecções da região de Americana; - Sindicato dos trabalhadores da indústria têxtil; - Associação comercial e industrial de municípios da região; - Entidades públicas e privadas de apoio e fomento (Sebrae/Fiesp);
5 – Pactos socioterritoriais	<ul style="list-style-type: none"> - Programa “Competitividade em APLs” do projeto Sebrae/Fiesp/SD/BID; - Programas de qualificação, aperfeiçoamento e fomento do Sebrae junto aos sindicatos industriais e associações comerciais; - Projetos com universidades (Puccamp, Unicamp, Fatec) para realização de estudos e qualificação de processos e produtos; - Parcerias com o governo estadual para redução de ICMS na cadeia produtiva têxtil; - Parcerias com poderes públicos locais para realização de eventos do segmento e encaminhamento de demandas ao governo federal e estadual sobre tributação no segmento, impostos e câmbio.

Fonte: Dallabrida, 2003.

É possível considerar que a natureza da governança territorial refere-se à dinâmica do território e à articulação entre mecanismos globais de modos de controle e os mecanismos locais, que envolvem os

atores, as instituições e os sistemas produtivos locais. Colletis, Gilly, *et al.* (1999, p. 14) distinguem quatro tipos de governança territorial, "em função de suas características privadas ou não, dos objetivos assinalados e dos modos de apropriação pelos atores dos recursos assim produzidos": *governança privada* (atores privados dominantes impulsionam e pilotam os dispositivos de coordenação); *governança privada-coletiva* (o ator neste caso é uma instituição formal que reagrupa operadores privados e impulsiona a coordenação e suas estratégias); *governança pública* (instituições públicas executam os modos de gestão dos recursos, por meio do Estado ou coletividades territoriais, produzindo bens e serviços coletivos).

Quadro 4: Natureza da governança no APL têxtil/confecções de Americana e região

Estilos da governança	Características
Governança privada-coletiva	A coordenação do projeto APL é feita por uma instituição mista público-privada chamada Consórcio do Polo TecTex (Indústrias de tecelagens e têxteis). Na governança participam ativamente os sindicatos empresariais que realizam parcerias com instituições públicas e privadas de pesquisa, ensino, fomento e assessoria às indústrias do segmento, e outras instituições de forma secundária.

Fonte: Colletis; Pecqueur, et al., 1999.

Por fim, buscaremos definir as hierarquias da governança na rede urbana, com base nos estudos de Fuini (2010); Pires e Fuini, *et al.* (2011) e Storper e Harrison (1994). Storper e Harrison (1994) definem a governança de uma aglomeração territorial através das relações de poder e hierarquias que se estabelecem na cadeia produtiva, ou sistema *input-output*, que se concentra territorialmente e define o sistema produtivo industrializado. Estas configurações se associam a dois tipos de redes produtivas: Redes aglomeradas sem grandes unidades e redes aglomeradas com algumas grandes unidades. Fuini (2010) considera que existe uma assimetria econômica e política na participação dos municípios em um APL, e isso se deve à divisão territorial do trabalho na cadeia produtiva territorializada e também ao processo histórico de construção das formas de coordenação

institucionais, definindo papéis para os atores locais e seu maior ou menor protagonismo.

Assim, teríamos uma tipologia que distingue três estilos de governança da rede de localidades constitutivas de uma aglomeração produtiva territorializada: *anel sem núcleo* (ausência de município líder permanente e de hierarquia, com direção compartilhada por projetos); *anel núcleo com município economicamente preponderante* (o município economicamente mais forte é preponderante, mas não condiciona a existência dos outros, existindo certa hierarquia); *anel núcleo com município líder* (o município líder é independente dos outros e define sua periferia, sendo independente, existindo poder assimétrico hierarquizado); *núcleo sem anel* (a cadeia produtiva regional está internalizada em apenas um único município).

Quadro 5: Governança na rede urbana associada ao APL têxtil/confeções de Americana e região

Classificação	Características
Anel núcleo com município líder	Americana concentra significativa parcela da produção e do valor produzido pela indústria de tecelagens e confeções da região, apesar do movimento crescente, desde os anos 1990, de desconcentração industrial intraregional e interregional de estabelecimentos têxteis. Americana foi pioneira na organização do segmento têxtil em sindicato, sendo ainda referência em relação ao protagonismo político e lideranças surgidas na cidade. O atual presidente do Consórcio do Polo TecTex, sr. Mário Zocca, é um tradicional empresário do ramo têxtil de Americana e também representante regional da Ciesp. Na estrutura de decisões, todos os outros municípios estão representados com empresários e associações específicas, ficando na atualidade com parte das atividades fins e intermediárias da cadeia de produção têxtil/confeções da região. Em reuniões do Polo TecTex participam entidades de cidades vizinhas à Americana (Sumaré, Hortolândia) e temas de interesses dessas cidades são discutidos, como o projeto da cooperativas de trabalho a ser instalado em Americana. No entanto, a sede do Polo está localizada em Americana e a densidade institucional de representantes remete ao município polo, que ainda detém mais de 55% dos estabelecimentos têxteis do APL e 48% dos empregos.

Fonte: Adaptado por Fuini, 2010, de Storper; Harrison, 1994.

Considerações finais

O presente artigo evidenciou que a evolução da indústria têxtil e de confecções de Americana e região, desde sua origem até a definição de um APL, passa por diferentes fases de territorialização, desterritorialização e de re/multiterritorialização, e estes processos econômicos, políticos e culturais se modificam e/ou se aprofundam, com a constituição de estruturas de governança para resolver problemas inerentes a esses territórios específicos.

Podemos avaliar que o ciclo de territorialização de Americana e região, pautado na indústria têxtil, foi marcado pela definição de uma economia de escala e de aglomeração, vinculadas às tecelagens, de um quadro político e normativo favorável ao crescimento do segmento, com medidas de protecionismo e reserva de mercado, e no cultural, com a criação de um saber local ligado à atividade e de práticas de fezonismo que envolveram o trabalho familiar e doméstico, sendo vista também como forma de exploração do trabalho no quadro de especialização local da produção e de divisão territorial do trabalho. No movimento de desterritorialização advindo com crise do setor nos anos 1990, foram tomadas medidas de reestruturação produtiva e organizacional setorial que produziram uma reterritorialização pautada na concentração econômica da indústria têxtil, na modernização tecnológica seletiva, no enxugamento de mão de obra e no acirramento do quadro de guerra fiscal. Com o deslocamento de estabelecimentos e a crescente participação de estabelecimentos locais em redes globais articuladas por grandes grifes e grupos industriais, pode-se falar da construção de um cenário atual de multiterritorialização.

Na esfera política, esforços para constituir uma governança setorial e territorial buscaram criar, em torno de um bloco de empresários com protagonismo, redes de poder socioterritoriais envolvendo instituições locais e estaduais, como os poderes públicos locais, sindicatos e associações empresariais, sindicato de trabalhadores, instituições de ensino e pesquisa, serviços de apoio e fomento, bancos etc. Nesse movimento de coordenação socioinstitucional para realização de projetos em torno do Arranjo Produtivo Local, criaram-se estruturas de governança, ao mesmo tempo com as seguintes características: de tipo *privada-coletivas*, representadas pelo Consórcio do Polo TecTex e os sindicatos e federações das indústrias como atores protagonistas; e de tipo *anel de municípios com um núcleo de liderança*, no caso da economia têxtil,

exercido por Americana, que apesar da crise prolongada e do fenômeno da desindustrialização, mantém maior parte das indústrias do segmento da região e a representatividade político-institucional nesse recorte do território.

Podemos concluir, com esse estudo, que as dinâmicas produtivas e a construção territorial caminham passo a passo e mostram, para o caso do APL têxtil e de confecções de Americana e região, a forte interdependência entre os modos de regulação globais, com seus macrossistemas produtivos e instituições globais, e dos sistemas produtivos locais, com suas instituições e formas de governança territoriais locais, com movimentos internos de conflitos e cooperação e, externos, de esforços de resistência e/ou estratégias de subordinação modernizantes diante das cadeias e redes globais de produção e comercialização.

Referências

AMATO NETO, J. **Gestão de sistemas locais de produção e inovação: Clusters/APLs**. São Paulo: Atlas, 2009.

BENKO, G. **Economia, Espaço e Globalização: Na aurora do século XXI**. São Paulo: Hucitec, 1996.

BRAGAGLIA, L. Maior polo têxtil do Brasil sofre com a concorrência dos chineses. **O ESTADO DE SÃO PAULO**, Economia e Negócios, 15 de janeiro de 2012. Disponível em <<http://economia.estadao.com.br/noticias/economia,maior-polo-textil-do-brasil-sofre-com-a-concorrenca-dos-chineses,99446,0.htm>>. Acesso em 20 de maio de 2012.

CANO, W. A desindustrialização no Brasil. **Texto para discussão**, Campinas, Unicamp/Instituto de Economia, n. 200, jan. 2012.

CASTELLS, M. **A sociedade em rede**. 6ª. Ed., São Paulo: Paz e Terra, 2006.

COLLETIS-WAHL, K; PECQUEUR, B. Territories, Development, and Specific Resources: What Analytical Framework? **Regional Studies**, London/UK, RSA, v. 35, n. 5, p. 449-459, 2002.

COLLETIS, G., GILLY, J.-P., et. al. Construction territoriale et Dynamiques productives. **Revue Sciences de la Société**, n. 48, Outubro de 1999.

DALLABRIDA, V. R.; BECKER, D. F. Governança Territorial: Um primeiro passo na construção de uma proposta teórico-metodológica. **Desenvolvimento em Questão**, ano 1, n. 2, Ijuí/RS, jul./dez./2003, p. 73-98.

DALLABRIDA, V. R. Governança territorial: Um primeiro passo na construção de uma proposta teórico-metodológica. **3º Seminário Internacional sobre Desenvolvimento local**. Santa Cruz do Sul: Unisc, 2003. Disponível em <<http://www.capitalsociaisul.com.br>>. Acesso em maio de 2007.

FIESP; MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO (MDICEX). **Manual de atuação em Arranjos Produtivos Locais**. Brasília: Depto. de Competitividade e Tecnologia da Fiesp/Depto. de MPMEs, 2004.

FREITAS, T.; MARTINS, L. Setor vive extremos da indústria. **FOLHA DE SÃO PAULO**, Mercado, 18 de março de 2012. Disponível em <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/mercado/31918-setor-textil-vive-extremos-da-industria.shtml>>.

FUINI, L. L. **Manifestações da governança territorial no Brasil**: Uma análise do Circuito das águas paulista e do Circuito das malhas do Sul de Minas Gerais. Tese (Doutorado em Geografia), Rio Claro, Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista, 2010, 191 f.

FUINI, L. L. **A Relação entre Competitividade e Território no Circuito das Malhas do Sul de Minas**. Dissertação (Mestrado), Programa de Pós-graduação em Geografia, IGCE-UNESP, Rio Claro, 2007, 189 f.

GILLY, J. P.; PECQUEUR, B. La dimensión local de la regulación. In: BOYER, R.; SAILLARD, Y. (org.), **Teoría de la regulación**: Estado de los conocimientos. Volume II. Argentina: Oficina de Publicaciones da CBC, 1997, p. 115-124.

GT Interministerial sobre APL/Governo Federal. **Termo de Referência para Política Nacional de Apoio ao Desenvolvimento de Arranjos Produtivos Locais**. Brasília, versão final, 2004.

HAESBAERT, R. **O mito da desterritorialização**: Do “fim dos territórios” à multiterritorialidade. 2ª. Ed., Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

HAESBAERT, R. A desterritorialização: Entre as redes e os aglomerados de exclusão. In: CASTRO, I. E., et al., *Geografia: Conceitos e temas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999, p. 165-206.

KELLER, P. F. Impactos da globalização econômica sobre a cadeia têxtil: O caso do polo têxtil de Americana. **Univ. Rural**, Série Ciências humanas, Seropédica/RJ, EDUR, v.28, n.1, p. 59-77, jan-dez 2006.

LENCIONE, S. Reestruturação urbano-industrial no Estado de São Paulo: A região da metrópole desconcentrada. In: SANTOS, M., et al. (org.), *Território, Globalização e Fragmentação*. 5ª. Edição, São Paulo: Hucitec/Anpur, 2002, p. 198-210.

MARKUSEN, A. Mudança econômica regional segundo o enfoque centrado no ator. In: DINIZ, C. C.; LEMOS, M. B., **Economia e território**. Belo Horizonte: EdUFMG, 2005.

MESTRE, A. P.; SILVA, A. B. Os microcircuitos de produção têxteis de Americana/SP: Carioba, os saberes locais e o território usado. **Formação**, Presidente Prudente, Unesp, n. 14, v.1, p. 100-112, 2007.

PIRES, E. L. S.; FUINI, L. L.; MANCINI, R. F.; PICCOLI NETO, D. **Governança territorial: Conceito, fatos e modalidades**. Rio Claro: Unesp-IGCE-Programa de pós-graduação em Geografia, 2011.

PYL, B.; HASHIZUME, M. Roupas da Zara são fabricadas com mão de obra escrava. **REPORTER BRASIL**, 16 de agosto de 2011.

SANTOS, M. **A natureza do espaço: Técnica e tempo, Razão e emoção**. São Paulo: Hucitec, 1996.

SANTOS, M.; SILVEIRA, M. L. **O Brasil: Território e sociedade no início do século XXI**. 10ª. Ed., São Paulo/Rio de Janeiro: Record, 2010

SCHMITZ, H. **Manufacturing in the Backyard: Case Studies on Accumulation and Employment in Small-scale Brazilian Industry**. Londres: Frances Pinter, 1982.

SILVA, A. L. G.; BACIC, M. J.; SILVEIRA, R. L. F. Análise das políticas para arranjos produtivos locais no Estado de São Paulo. In: CAMPOS, Renato R., et al., *Políticas estaduais para Arranjos Produtivos Locais no Sul, Sudeste e Centro-Oeste do Brasil*. Rio de Janeiro: E-papers, 2010.

SPÓSITO, E. S. **Geografia e Filosofia: Contribuições para o ensino do pensamento geográfico**. São Paulo: Edunesp, 2004.

STORPER, M.; HARRISON, B. Flexibilidade, hierarquia e desenvolvimento regional: As mudanças de estrutura dos sistemas produtivos industriais e seus novos modos de governância nos anos 90. In: BENKO, G. e LIPIETZ, A. (org.), **As Regiões Ganhadoras. Distritos e Redes: Os novos paradigmas da Geografia Econômica**. Oeiras: Celta Editora, 1994, p. 171-188.